


# ELAS VIVEM

LIBERDADE DE SER E VIVER







*Elas Vivem* é uma publicação anual da  
Rede de Observatórios.

A edição homenageia Julieta  
Hernández, Mãe Bernadete e outras  
mulheres vítimas de violência em 2023.



“Eu não sou livre  
enquanto  
qualquer mulher  
for cativa.  
Mesmo se  
as correntes dela  
forem muito  
diferentes das minhas”

Audre Lorde em  
“The Uses of Anger: Women Responding to Racism”



## **REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

### **Coordenação do CESeC**

Julita Lemgruber

Pablo Nunes

Silvia Ramos

### **Coordenação Adjunta**

Mariana Siracusa

## **EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**

### **Coordenadora geral**

Silvia Ramos

### **Coordenador de projeto**

Pablo Nunes

### **Coordenadora de pesquisa**

Thais Custodio

### **Coordenador de comunicação**

Wellerson Soares

### **Pesquisador**

Jonas Pacheco

### **Articuladora e pesquisadora**

Bruna Sotero

### **Coordenador de design**

Renato Cafuzo

### **Designer assistente**

Fabiano Ferreira

### **Assistente de comunicação**

Nathália da Silva

### **Gerente**

Ana Paula Andrade

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **AMAZONAS**

Fabio Candotti

Tayná Boaes

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **BAHIA**

Dudu Ribeiro

Larissa Neves

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **CEARÁ**

Bianca Morais de Lima

Cesar Barreira

Fernanda Naiara Lobato

Luiz Fábio Paiva

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **MARANHÃO**

Kassione Luz

Luiz Eduardo Lopes Silva

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **PARÁ**

Aiala Colares Oliveira Couto

Lucas Moraes

Thiago Alan Guedes Sabino

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **PERNAMBUCO**

Dália Celeste

Deila Martins

Edna Jatobá

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **PIAUI**

Elton Guilherme

Lila Cristina Xavier Cruz

Marcondes Brito da Costa

Maria D'alva Macedo Ferreira

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **RIO DE JANEIRO**

Bruna Sotero

Itamar Silva

Jonas Pacheco

Pablo Nunes

Silvia Ramos

Thais Custodio

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA**

### **SÃO PAULO**

Bruno Paes Manso

Francine Ribeiro

## **ORGANIZAÇÕES**

### **FORMADORAS DA REDE**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Grupo de pesquisa ILHARGAS

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)

Grupo de Pesquisa Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia (TERRA)

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (REP UFMA/IFMA)

### **PARTICIPAÇÃO ESPECIAL**

#### **NESTA EDIÇÃO**

Isabela Reis

Marcela Barbosa

Mayara Smith

### **FALE COM A GENTE**

rededeobservatorios@gmail.com

**Twitter:** @rede\_seguranca

**Facebook:** @rededeobservatorios

**Instagram:** @redeobservatorios

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Elas vivem [livro eletrônico]: liberdade de ser e viver / Silvia Ramos...[et al.] ;  
ilustração Mayara Smith. – Rio de Janeiro : CESeC, 2024.

Outros autores: Isabela Reis, Dudu Ribeiro, Larissa Neves, Bianca Lima, Fernanda Naiara, Luiz Fabio Paiva, César Barreira, Kassione Luz, Luiz Eduardo Silva, Aiala O. Couto, Josenilma Santos, Lucas Moraes, Thiago Sabino, Dália Celeste, Deila Martins, Edna Jatobá, Elton Guilherme Silva, Lila Xavier, Marcondes Brito, Maria D'alva Ferreira, Marcela Barbosa, Bruna Sotero, Jonas Pacheco, Nathália da Silva, Pablo Nunes, Thais Custodio, Renato Cafuzo, Wellerson Soares, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-037-8

1. Violência contra mulheres. 2. Violência de gênero. 3. Mulheres.

I. Ramos, Silvia. II. Smith, Mayara. II. Título.

CDD-345.81085

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência : Mulheres 345.81085



# QUEM TEM DIREITO À VIDA?

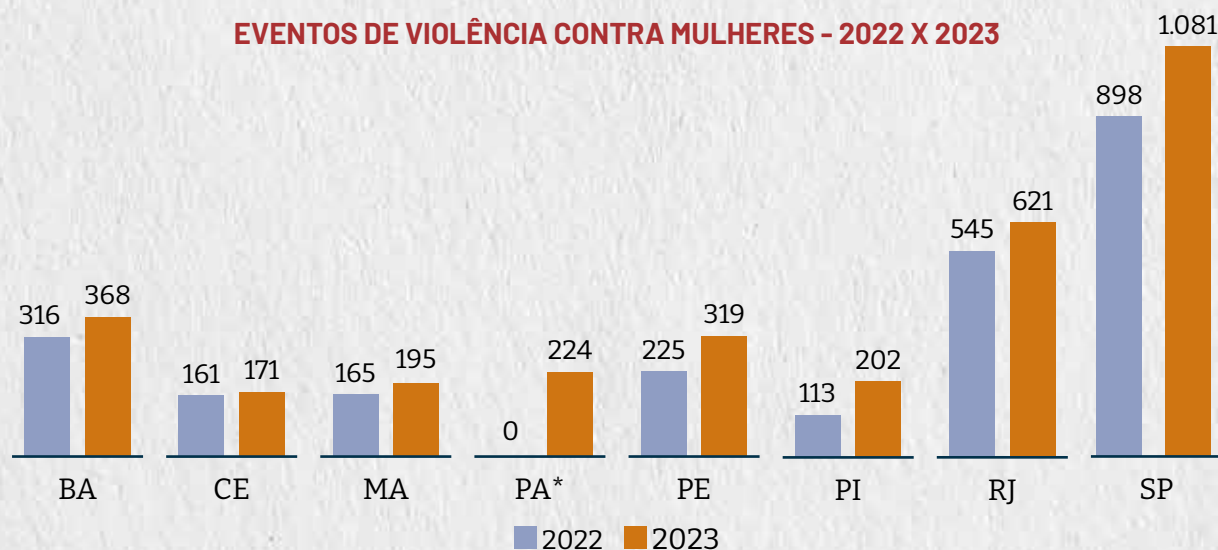
No Brasil dos direitos humanos, da Lei Maria da Penha, ainda é difícil ser mulher. E os dados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança comprovam, desde a primeira edição do relatório *Elas Vivem*, que mulheres continuam sendo subjugadas e vitimizadas por uma força que não aceita sua liberdade de ser e viver. Foi essa força que tirou precocemente a vida da palhaça cicloviajante Julieta Hernández, arrancando-a dos palcos que ela erguia sobre duas rodas pelo país.

Essa mesma força se materializa no dia a dia de muitas pelas mãos de parceiros, pelos gritos de ex-parceiros, nos tapas de conhecidos, nas importunações de desconhecidos: irmãs, mães, filhas, namoradas, colegas de

trabalho. Quem tem direito à vida? A resposta para essa pergunta parece simples, mas, na realidade brasileira, muitas mulheres têm esse direito fundamental negado.

Pelo quarto ano consecutivo, o boletim *Elas Vivem: liberdade de ser e viver* aponta que 3.181 mulheres foram vítimas de eventos de violência de gênero em 2023 – em oito dos nove estados monitorados pela Rede (Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo) –, representando um aumento de 22,04% em relação a 2022, quando Pará não fazia parte deste monitoramento. O estado do Amazonas ingressou na Rede em 2024.. Isso significa dizer que, ao menos, **oito mulheres foram vitimadas por dia**.

## EVENTOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES - 2022 X 2023



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

\*O estado não integrava a Rede de Observatórios em 2022

Os dolorosos índices mostram: aquelas que ousaram frustrar as expectativas do papel social esperado foram alvejadas pelo machismo. Elas sofreram consequências que relatório algum pode mensurar ou resumir em números.

Ao nos debruçarmos sobre os dados em cada um dos oito estados monitorados, vemos São

Paulo como o único a ultrapassar mil casos de violência – um aumento de 20,38% (de 898 para 1.081) – e liderar com folga para o segundo colocado Rio de Janeiro, que registrou um aumento de 13,94% (de 545 para 621). Além disso, no Nordeste, o Piauí assustadoramente registrou cerca de 80% de aumento nas violências de gênero de um ano para o

outro, a Bahia lidera os homicídios de mulheres (129), Pernambuco tem o maior número de feminicídios na região (92), Ceará é o principal em transfeminicídios (7), o Maranhão lidera os crimes de violência sexual/estupro (40 ocorrências) e, representando a Região Amazônica, o Pará desponta com altos números em seu primeiro ano de monitoramento (224 eventos violentos).

Ameaças, agressões, torturas, ofensas, assédio, feminicídio. São inúmeras as violências sofridas que não começam ou se esgotam na morte de uma de nós. No entanto, o ciclo de sofrimento ainda tem tentativas de feminicídio/agressão física (1.211 casos) e feminicídio (586 eventos) nas primeiras posições desse perverso ranking. **A cada 15 horas, cerca de uma mulher foi vítima de feminicídio** majoritariamente pelas mãos de parceiro e ex-parceiros (72,70%), munidos de arma branca (em 38,12% dos casos), ou municiados de armas de fogo (23,75%).

Essas vidas poderiam ter sido salvas e os ciclos de violência interrompidos pela

intervenção efetiva de um Estado que insiste em negligenciar os dados e dificultar o caminho das vítimas desde a conscientização à denúncia – seja pelo descumprimento da Lei 14.541/2023, que determina o funcionamento 24h das delegacias de mulher, pelos baixos números de delegacias especializadas e de locais de atendimento, pela falta de capacitação de agentes na condução e tipificação dos casos, entre outros fatores. Somado a esse contexto – ou fruto dele –, existe uma sociedade que normaliza o ódio às mulheres, deslegitima suas dores e desencoraja a denúncia. E mesmo quando consegue vencer as dificuldades de denunciar, a vítima de violência precisa passar pelo complexo processo de conseguir comprovar o crime.

O caminho não é fácil, nas próximas páginas não traremos boas notícias. Mas seguimos aqui chamando atenção para números que permanecem crescendo, pelas vidas das vítimas e por todas nós. Elas vivem e resistem na memória e na luta das que arduamente se levantam e mobilizam redes diariamente para pôr um fim ao ciclo de violências.

### QUALIFICADORAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHER -

ESTADOS MONITORADOS PELA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA - 2023

QUALIFICADORAS*	BA	CE	MA	PA	PE	PI	RJ	SP	TOTAL
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO/ AGRESSÃO FÍSICA	84	55	49	110	92	83	256	482	1.211
FEMINICÍDIO	70	42	38	43	92	28	99	174	586
HOMICÍDIO	129	35	25	21	85	25	60	113	493
VIOLÊNCIA SEXUAL/ESTUPRO	27	16	40	27	10	28	89	116	353
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	29	12	8	17	20	19	2	78	185
AGRESSÃO VERBAL	10	12	17	31	4	22	97	39	232
OUTRO(S)	7	4	17	12	9	19	11	94	173
CÁRCERE PRIVADO	12	9	8	5	3	4	26	34	101
DANO AO PATRIMÔNIO	0	5	5	13	0	12	13	38	86
TORTURA	2	5	7	15	0	9	3	6	47
SEQUESTRO	11	4	1	0	1	6	13	10	46
TRANSFEMINICÍDIO	5	7	2	0	5	2	4	9	34
SUPRESSÃO DE DOCUMENTOS	0	0	1	0	0	2	2	2	7
<b>TOTAL POR ESTADO</b>	<b>386</b>	<b>206</b>	<b>218</b>	<b>294</b>	<b>321</b>	<b>259</b>	<b>675</b>	<b>1.195</b>	<b>3.528</b>

\*Termo usado para englobar as categorias de violência. Uma mesma vítima pode sofrer mais de um tipo de violência.



Com as mulheres no centro da discussão, é de suma importância propor ações de conscientização, prevenção e acolhimento. É preciso encarar a problemática com seriedade, sobretudo as nuances que perpassam camadas delicadas e invisibilizadas. O enfrentamento às desigualdades de gênero precisa ser um compromisso de todas e todos nós. O poder público deve apresentar suas ações, e a sociedade acolher as mulheres.

*“Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês.”*


## TRANSFEMINICÍDIOS

Ano após ano, o ódio às identidades femininas segue firme e vitimizando muitas de nós. Em 2023, o monitoramento da Rede de Observatórios registrou que 34 mulheres trans e travestis foram mortas de forma cruel. Falar de transfeminicídio é chamar atenção para um crime que tem como consequência o processo de higienização de identidades – capitaneado pelo moralismo cristão avesso à comunidade trans – posto em prática com ações de extrema violência. Entre todos os oito estados monitorados, São Paulo aparece com o maior número

de casos (9), seguido por Ceará (7), Bahia e Pernambuco tem 5 eventos cada, Rio de Janeiro (4), Maranhão e Piauí (2) e o Pará não teve nenhum registro .

A necropolítica trans é o reflexo do quanto a sociedade segue falhando. Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando representado por corpos trans há um imaginário social que é acionado para retirar-lhes o direito à existência. As identidades são desrespeitadas ao noticiar, na preparação do corpo e no registro do óbito. A pessoa assassinada retorna ao gênero imposto, reafirmando seu poder enquanto lei que organiza e distribui os corpos, estejam eles vivos ou mortos nas estruturas sociais.

Os dados da Rede de Observatórios chamam atenção para a necessidade de políticas públicas, medidas de segurança e respeito a essa população, que sequer tem o crime de transfeminicídio reconhecido pelo sistema judiciário. A ausência de processos criminais para a morte de mulheres trans escancara a impunidade e reflete mais uma vez o desejo social de eliminação de suas existências sob o olhar sanguinário do Estado brasileiro.



**72,70%**  
**DOS FEMINICÍDIOS FORAM**  
**COMETIDOS POR PARCEIROS**  
**E EX-PARCEIROS**





# DEMOCRÁTICA, INVISÍVEL E DEVASTADORA

por **Isabela Reis**

*Jornalista, podcaster, mãe e criadora de conteúdo nas redes sociais.*

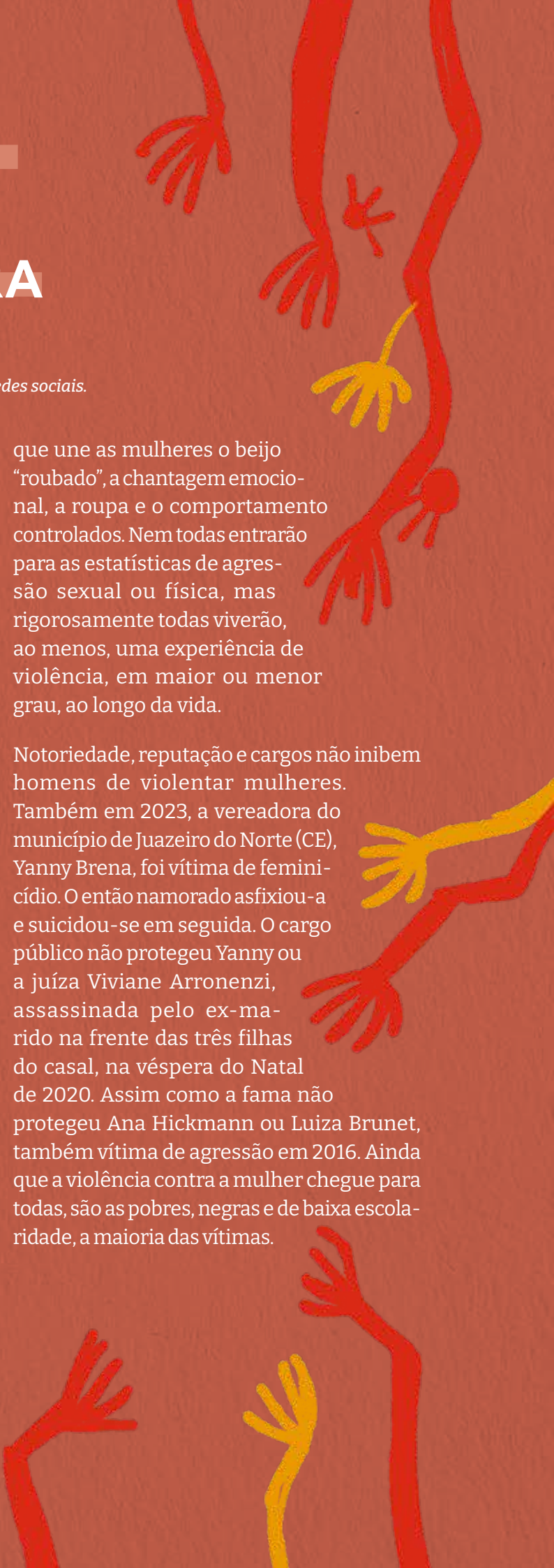
Existem duas experiências capazes de entrelaçar todas as mulheres do mundo: a maternidade e a violência. Seja no Alasca ou no Brasil, na Índia ou na Namíbia, enquanto você lê esse texto, uma mãe acolhe um filho de madrugada, cura o peito dolorido da batalha com a amamentação, sofre com a cria doente, leva a filha para a escola. Ricas, negras, amarelas, pobres, brancas, indígenas, com ou sem deficiência, cis ou trans. Alguma vivência será a interseção que une todas essas mulheres. A maternidade não precisa ser para todas. A violência é. Todas nós fomos ou seremos violentadas.

A realidade brasileira é de profundas desigualdades: de gênero, raça, classe, oportunidades e direitos atendidos. Como democracia, faltamos equidade. A violência, no entanto, é bastante democrática, iguala todas as mulheres. No final de 2023, a apresentadora Ana Hickmann denunciou o então marido por violência doméstica e lesão corporal. Nas semanas seguintes, foram adicionados à denúncia os crimes de falsidade ideológica, estelionato, lavagem de dinheiro, constrangimento ao filho do casal, entre outros. Um caso emblemático que exemplifica como uma agressão física nunca se manifesta sozinha.

Finalmente, estamos no momento histórico em que é possível nomear as violências: física, psicológica, moral, sexual, patrimonial. Todas as cinco tipificadas na Lei Maria da Penha, que completou 17 anos e revolucionou o Brasil. Fazem parte da interseção

que une as mulheres o beijo “roubado”, a chantagem emocional, a roupa e o comportamento controlados. Nem todas entrarão para as estatísticas de agressão sexual ou física, mas rigorosamente todas viverão, ao menos, uma experiência de violência, em maior ou menor grau, ao longo da vida.

Notoriedade, reputação e cargos não inibem homens de violentar mulheres. Também em 2023, a vereadora do município de Juazeiro do Norte (CE), Yanny Brena, foi vítima de feminicídio. O então namorado asfixiou-a e suicidou-se em seguida. O cargo público não protegeu Yanny ou a juíza Viviane Arronenzi, assassinada pelo ex-marido na frente das três filhas do casal, na véspera do Natal de 2020. Assim como a fama não protegeu Ana Hickmann ou Luiza Brunet, também vítima de agressão em 2016. Ainda que a violência contra a mulher chegue para todas, são as pobres, negras e de baixa escolaridade, a maioria das vítimas.





O Brasil é um país extremamente truculento com mulheres. Os dados confirmam: 3.181 mulheres foram vítimas de violência em 2023, segundo levantamento da Rede de Observatórios da Segurança em oito estados brasileiros. Dessas, 620 assassinadas em feminicídios ou transfeminicídios. Parceiros e ex-parceiros são 43,70% dos autores dos eventos de violência. Um ciclo que se beneficia do confinamento doméstico e da dependência emocional e/ou financeira.

É importante reforçar que feminicídio e transfeminicídio não são meramente o assassinato de mulheres, como acontece em um latrocínio, por exemplo. A tipificação demarca os crimes em que o gênero foi determinante para a morte. Nem todo homicídio de mulheres é feminicídio, mas todo feminicídio é profundamente marcado pelo patriarcado e pelo machismo. Nenhum homem mata ou agride sozinho uma mulher. Junto dele, uma sociedade inteira que naturaliza o ódio e a violência de gênero, ignora os sinais vermelhos e silencia os denunciante.

Apenas em 2023 o Supremo Tribunal Federal determinou que a tese da legítima defesa da honra era inconstitucional. Até então, feminicidas e agressores poderiam justificar seus crimes alegando que a vítima feriu sua honra. Institucionalmente, ainda estamos muito aquém do ideal nas estratégias legais de enfrentamento à violência contra mulheres. A Lei Maria da Penha colocou a violência doméstica na boca do povo. Extrapolou os limites legais, o juridiquês e provocou uma revolução social e cultural. A tipificação do feminicídio é uma vitória histórica dos movimentos de mulheres.

Ainda assim, o Estado não oferece condições de segurança suficientes para as vítimas. Os dados já alarmantes do *Elas Vivem* são, na realidade, ainda maiores. Há subnotificação, especialmente de crimes que não envolvam agressões físicas ou que não haja provas materiais das violações. Também não há confiança de que seus depoimentos serão legitimados e acolhidos.

Nas redes sociais, as denúncias virtuais de violências psicológicas, patrimonial, agressões e abusos se proliferam. Conhecidos como “*exposed*”, os modelos de relato se tornaram um canal de desabafo e busca por reparação ou justiça informal para as vítimas. É comum que as postagens venham acompanhadas da descrença das mulheres no sistema de justiça e, por isso, decidem apelar para a opinião pública.

O Estado não dá conta de assistir as vítimas. Não há quantidade suficiente de delegacias de atendimento especializado à mulher e de casas de acolhimento que recebem mães e filhos. Os órgãos públicos não são capazes de absorver a demanda por assistência jurídica ou psicológica às vitimadas e seus familiares. O tempo é determinante para salvar uma

vida quando há violação de medida protetiva ou agravamento do quadro psicológico de uma vítima de violência.

Em levantamento feito pelo Ministério da Saúde no *Resumo Executivo Saúde Brasil*, publicado em 2017, vítimas de violência apresentavam 30 vezes mais risco de morrerem por suicídio quando comparadas às mulheres sem notificação prévia. A violência contra mulheres nunca se esgota no tapa, no grito, na morte. As feridas imateriais, pesquisa alguma é capaz de apurar. Todo filho que

**“A REALIDADE  
BRASILEIRA É  
DE PROFUNDAS  
DESIGUALDADES:  
DE GÊNERO,  
RAÇA, CLASSE,  
OPORTUNIDADES  
E DIREITOS  
ATENDIDOS. COMO  
DEMOCRACIA,  
FALTA-NOS  
EQUIDADE. A  
VIOLÊNCIA,  
NO ENTANTO,  
É BASTANTE  
DEMOCRÁTICA,  
IGUALA TODAS AS  
MULHERES”**





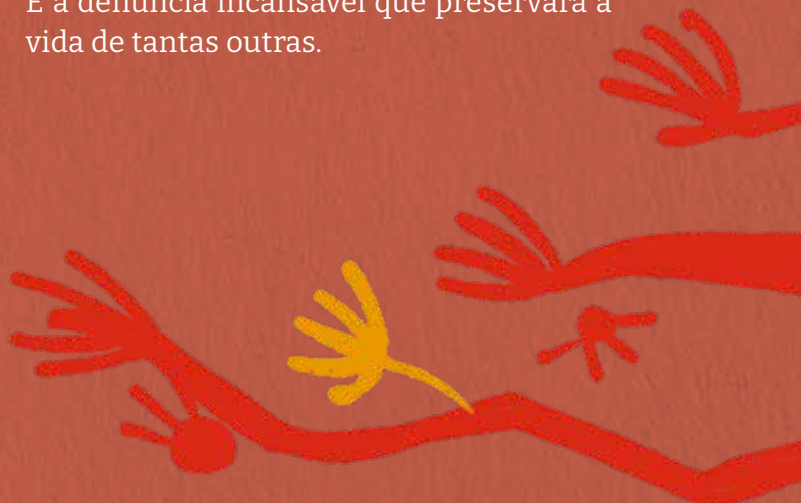
presença a mãe sendo agredida é um pouco de alma que morre, de infância desestruturada, de inocência perdida. Um genitor homicida é orfandade em dobro. A mãe que perde a filha para o feminicídio ou a mulher que sobrevive a anos de violência doméstica conseguem voltar a viver plenamente?

Multiplique o número de eventos violentos pelo tamanho das redes de afeto de cada uma dessas vítimas. É terra arrasada. Dezenas de milhares de vidas devastadas pelo patriarcado, machismo, LGBTfobia, misoginia. Os danos emocionais, psicológicos e psiquiátricos são a camada subjetiva ainda pouco enxergada quando olhamos a atuação do Estado no combate à violência e suas consequências. O potencial de destruição de um evento traumático não tem prazo para terminar e nem remédio que resolva em sete dias. O efeito cascata da violência doméstica é formalmente invisibilizado e informalmente endêmico. Hoje, curamos as feridas abertas pelas gerações passadas. Ainda não deu tempo de aliviar a mochila pesada que herdamos de mães, tias e avós que foram violadas ao longo da vida. É uma memória familiar que está tatuada no nosso imaginário social coletivo.

Embora a maioria dos agressores sejam cônjuges, ex-cônjuges e namorados, a violência não é exclusiva de relacionamentos afetivo-sexuais. Entre os criminosos estão pais, irmãos, vizinhos, filhos, agentes do Estado, colegas de trabalho e até líderes religiosos. Não olhar para a violência em outros modelos de relação mascara a gravidade das violações nos núcleos familiares. O Brasil precisou da Lei da Palmada para dizer a pais e mães que parassem de submeter seus filhos a verdadeiras sessões de tortura. Entretanto, figuras masculinas do ambiente doméstico continuam a agredir meninas, mesmo depois de adultas, protegidos pelo manto da hierarquia patriarcal. Parentesco não deveria ser atenuante. A naturalização inibe as denúncias.

Apesar do cenário ainda desolador, é preciso acreditar que há luz no fim do túnel. As pesquisas e investigações estimulam denúncias e sustentam o grito entalado de indignação e cobrança por justiça. Os dolorosos índices descortinados fundamentam novas políticas públicas. Na última década, popularizamos o “não é não”, aprendemos a importância de meter a colher, identificamos alertas de relacionamentos abusivos. Os debates de gênero chegaram na televisão aberta, as redes sociais ganharam força como canal de denúncia e mobilização. Lentamente, montamos nossas redes reais e virtuais de apoio e segurança.

É preciso acreditar que outra realidade é possível, só assim inventaremos fôlego extra para continuar mobilizando um país inteiro pelo fim da violência contra mulheres. O economista Mohammed Yunus, ganhador do Nobel da Paz, cunhou o conceito de “ficção social”. Ele defende que, se a ficção científica foi capaz de influenciar o desenvolvimento de novas tecnologias, imaginemos, então, nossas ficções sociais para construirmos o mundo em que queremos viver. No meu mundo dos sonhos, nenhuma mulher será agredida, violentada ou morta. Não sentiremos medo de sair na rua, não viveremos em constante estado de alerta, nem precisaremos ensinar nossas meninas tão pequenas a se protegerem de violências. Não teremos nossas dores diminuídas e nossas denúncias descredibilizadas. Escancarar a realidade é o primeiro passo. Nós já perdemos mulheres demais. Ainda perderemos. É a denúncia incansável que preservará a vida de tantas outras.







#ELASVIVEM







Salvador teve  
28,57%  
dos feminicídios  
da Bahia

40  
feminicídios foram  
com arma branca

34,29%  
das vítimas de  
feminicídio tinham  
entre 40 e 59 anos

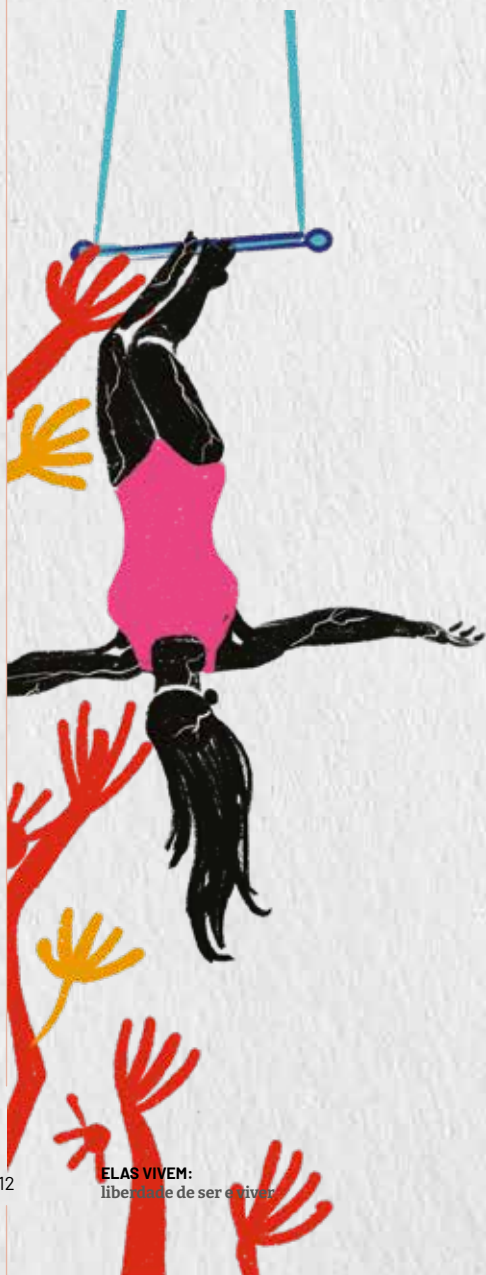
# BAHIA É LÍDER EM MORTE DE MULHERES NO NORDESTE

por Larissa Neves

Na Bahia, o acolhimento a mulheres vítimas de violência é promovido por diversas instituições. Ações foram criadas pelo governo do estado de maneira prioritária, como a Ronda Maria da Penha, que passou a ter um batalhão de enfrentamento. A Secretaria de Segurança Pública instituiu um departamento de proteção às mulheres e pessoas vulneráveis. O que antes era apenas uma coordenação, agora é um setor que faz interlocução com as delegacias de atendimento a vítimas da violência de gênero.

No entanto, a mobilização para mitigar os eventos violentos caminha a pequenos passos e não contempla todo o território estadual. A Bahia tem 417 municípios e apenas 38 centros de atendimento a mulheres, sete Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (Neams) e uma baixa quantidade de delegacias especializadas. Isso faz com que o estado permaneça com altos números de feminicídios no Nordeste.

É necessário celeridade: na ampliação do número de delegacias especializadas, em fazer valer a lei de medidas protetivas e no fortalecimento dos serviços locais que fazem parte da rede de acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência.





# CEARÁ REGISTROU O MAIOR NÚMERO DE FEMINICÍDIOS EM SEIS ANOS

por *Fernanda Naiara e Bianca Lima*

Diariamente, os noticiários no Ceará contam histórias de mulheres que foram alcançadas pela violência de gênero. 2023 foi o período com maior número de feminicídios no estado em seis anos, um aumento de 50%. Ser mulher é conviver com a insegurança de poder existir em liberdade pelo território e, assustadoramente, também dentro de casa. Yanny Brena foi uma dessas vítimas que não estava segura dentro do próprio lar, assim como Roseane, 16 anos, a vítima mais nova entre os 42 feminicídios registrados. Mortas por serem mulheres e por quem amavam: os agressores mantêm a característica de serem, em maioria absoluta, companheiros ou ex-companheiros.

Negligência marca historicamente o Ceará com a subnotificação de feminicídios e transfeminicídios. Segundo a Rede de Observatórios, é o estado do Nordeste com mais casos de vitimização de pessoas trans e travestis (7), mas ainda assim a falta de qualidade na base de dados da Secretaria de Segurança Pública alerta para o claro sinal de deslegitimação dessas vítimas. Mesmo que tenha sido registrado um aumento no número de denúncias no ano passado, várias questões ainda provocam reflexão: os altos números monitorados demonstram mais mulheres tendo a iniciativa de denunciar ou seriam o reflexo de mais mulheres sofrendo eventos violentos?

Mesmo com esforços para a defesa e o cuidado das mulheres em contexto de violência, como o programa “Ceará por Elas”, há morosidade no processo: apenas 71 dos 184 municípios aderiram aos projetos de proteção, acolhida e atendimento. Por isso, reforçamos que, para assegurar a vida de todas nós, é preciso celeridade para mitigar os eventos violentos.

49

casos de feminicídios e  
transfeminicídios

Fortaleza registrou

26,19%

dos casos de  
feminicídio

26

vítimas de feminicídio  
tinham de 18 a 39 anos







#ELASVIVEM

28

femicídios  
cometidos por  
parceiros ou  
ex-parceiros

17,44%

dos eventos violentos  
aconteceram em São  
Luís

31,58%

das vítimas de  
femicídio tinham de  
30 a 39 anos



## MARANHÃO LIDERA EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO NORDESTE

por Kassione Luz

Ao examinarmos os dados sobre a violência contra mulheres no Maranhão, deparamo-nos com uma realidade alarmante que evidencia a urgência de medidas de combate. Os números revelam que o estado lidera no Nordeste em casos de violência sexual/estupro, com 40 ocorrências.

Dos 195 eventos violentos registrados, foram 38 feminicídios e, a exemplo dos outros estados, a maioria dos perpetradores dos crimes foram parceiros ou ex-parceiros, dentro de suas próprias residências. A capital São Luís foi o município com os maiores registros: 34 vítimas de violência, sendo 7 feminicídios.

Apesar dos esforços para fortalecer as denúncias e implementar ações como a iniciativa da Patrulha Maria da Penha pela Secretaria de Segurança Pública, a eficácia do cumprimento e a fiscalização das medidas protetivas ainda é um desafio, além de nem sempre conseguirem evitar danos às vítimas. Frequentemente, as mulheres enfrentam exposição a novos episódios de violência ao denunciar. Diante disso, é evidente que as políticas públicas implementadas no Maranhão são insuficientes. É fundamental que o governo estadual reavalie suas iniciativas de proteção, reconheça e acolha a diversidade das experiências das mulheres, considerando as diferentes formas de violência que enfrentam.



# DESIGUALDADES SOCIAIS E GARIMPO AGRAVAM AS VIOLÊNCIAS NO PARÁ

por **Josenilma Santos e Taiana Passos**

Convidadas pelo Observatório do Pará

O Brasil é o quinto país com maior número de feminicídios do mundo de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ficando atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, respectivamente. E o estado do Pará, na região da Amazônia Legal, contribui com números significativos para esse processo. Em seu primeiro ano como parte do monitoramento feito pela Rede de Observatórios, entre os oito estados, registrou 224 eventos de violência contra mulheres, sendo 43 feminicídios. Parauapebas (32), Belém (23), Santarém (16) e Marabá (14) são os municípios acima de dez registros de violência.

As desigualdades sociais e a influência do garimpo são dois fatores importantes para esses dados: juntos constituem uma rede clandestina de exploração sexual e tráfico de mulheres. As regiões tradicionalmente vinculadas à mineração trazem dados alarmantes de violências de gênero. Além disso, no exemplo da região do Marajó, existem casos de violação de direitos da criança que muitas vezes são subnotificados, não compondo os dados oficiais.

As ações promovidas para tentar reduzir os casos, como o programa Pró-Mulher e as Delegacias da Mulher (Deam), ainda não são suficientes. Apesar de registrar mais de 2 mil atendimentos realizados a mulheres, apenas dez municípios dos 144 que compõem o estado foram contemplados. Há necessidade de mais investimentos por parte do Estado no combate ao feminicídio e na qualificação dos agentes de segurança pública que cotidianamente lidam com tais casos.

32

vítimas de violência  
em Parauapebas,  
superando Belém

51,16%

das vítimas de  
feminicídio sem  
informação de idade

20

feminicídios  
cometidos com arma  
branca







184

casos de feminicídio  
e tentativa de  
feminicídio

62

feminicídios  
cometidos por  
parceiros ou  
ex-parceiros

34,38%

dos feminicídios foram  
com arma branca



# PERNAMBUCO É LÍDER EM FEMINICÍDIOS NO NORDESTE

por *Dália Celeste*

A maioria dos 319 eventos de violência contra mulheres em Pernambuco foram cometidos por companheiros e ex-companheiros, motivados pela não aceitação do término do relacionamento, seguida de ciúmes, sentimento de posse e machismo. Porém, não podemos deixar de responsabilizar o Estado também.

Em 2023, o aumento de 41,78% dos eventos de violência em comparação ao ano anterior mostra a tolerância do governo em permitir tantas mortes de mulheres, evidenciando a falta de políticas públicas e a desigualdade na sua distribuição regional para evitar que esses crimes aconteçam. A política de segurança pública e defesa social de Pernambuco “Juntos pela Segurança” promete inserir os indicadores de violência contra mulher no centro do debate. Contudo, a demora na apresentação dessa política já comprometeu os indicadores do ano passado e mais mulheres foram vitimadas.

Os 97 casos de feminicídios e transfeminicídios mostram que a maior parte deles ocorreu em municípios do interior do estado. Esse dado se explica em razão das políticas públicas estarem concentradas na Região Metropolitana, priorizando a capital nas ações de enfrentamento. E assim, as mulheres das demais regiões são prejudicadas com a ausência de assistência e ações práticas, facilitando a manutenção dos eventos de violência e interrupção da vida de muitas de nós.



# PIAUÍ REGISTRA QUASE 80% DE ALTA NAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

por *Lila Cristina Xavier Luz, Maria D'Alva Macedo Ferreira, Marcela Castro Barbosa*

Os dados monitorados pela Rede de Observatórios sobre eventos de violência contra mulheres no Piauí são aterroizantes. Foi o estado que registrou maior crescimento nos crimes ligados a gênero, com um aumento de 78,76% (de 113 casos para 202). Os números representam histórias interrompidas de algumas mulheres, mas que atingem todas nós. Quando uma morre, nossas vidas, relações sociais e de trabalho também são afetadas, adoecemos física e mentalmente.

Foram 83 tentativas de feminicídios e 28 feminicídios, totalizando 111 vítimas no estado, com a capital registrando o maior número de vítimas de feminicídio (6). Os eventos de violência também foram dominantes em Teresina, com 77 ocorrências, sendo 62 a mais que Parnaíba, na segunda posição com 15 vítimas.

No último ano, o estado investiu na aquisição de viaturas e na divulgação de campanhas, enquanto equipamentos sociais como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) e a Rede de Proteção às Mulheres em situação de violência apresentam estruturas precarizadas. É muito pouco para enfrentar um problema de tamanha gravidade. Há necessidade de ações que intensifiquem o combate a violência de gênero, investimento em qualificação e humanização de profissionais, fortalecimento, investimento e ampliação dos Centros de Referências, entre outras ações para coibir novos casos e que mulheres sejam revitimizadas.

38,12%  
dos eventos violentos  
aconteceram em  
Teresina

66,34%  
das vítimas de  
violência sem  
informação etária

15  
feminicídios  
cometidos com arma  
branca



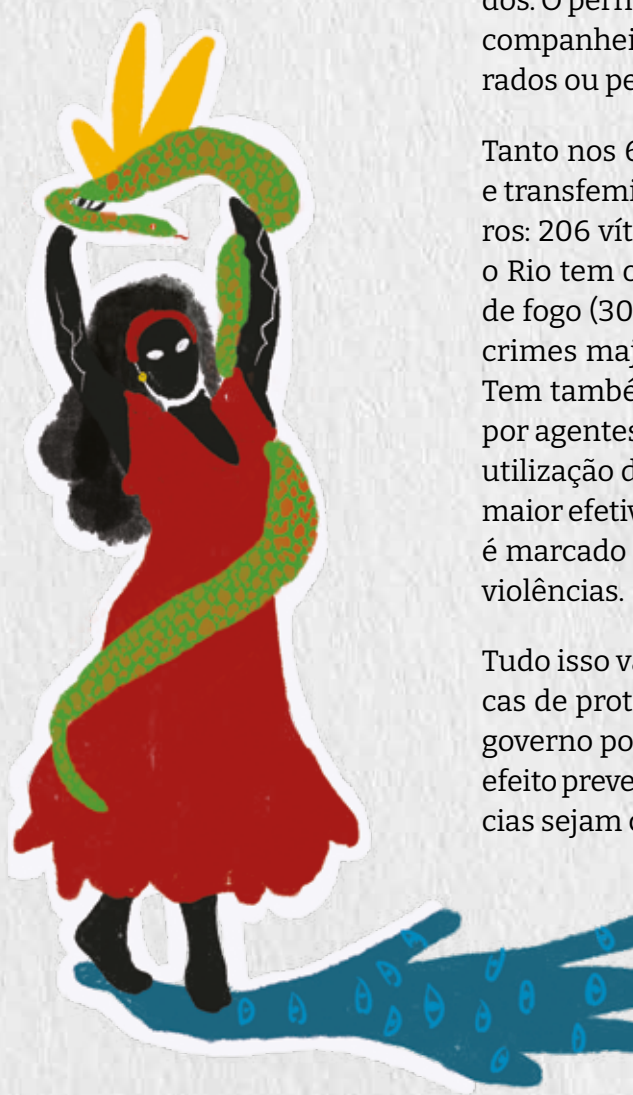




1 em cada 6  
vítimas de violência  
tinham de 18 a 29 anos

99  
casos de feminicídio  
no estado

35,35%  
dos feminicídios  
foram na capital



# RIO QUASE DOBRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM QUATRO ANOS

por Bruna Sotero

Após três edições do relatório *Elas Vivem*, o Rio de Janeiro permanece registrando consecutivo aumento nos números de violência contra mulheres. Desde as 318 vítimas de 2020, passando pelas 375 de 2021, e as 545 de 2022, até os 621 crimes em 2023, quase dobramos os dados monitorados. O perfil dos agressores, em sua maioria, já é conhecido: companheiros e ex-companheiros/namorados e ex-namorados ou pessoas do seio familiar das vítimas.

Tanto nos 621 eventos, como nos 103 casos de feminicídio e transfeminicídio, a capital concentrou os maiores números: 206 vítimas, sendo 35 feminicídios. Vale salientar que o Rio tem o maior número de mulheres mortas por arma de fogo (30), ao contrário dos demais estados, que tiveram crimes majoritariamente praticados com armas brancas. Tem também o maior registro de feminicídios praticados por agentes do Estado (4). Ou seja, o contexto que defende a utilização de armas de fogo não está apenas matando com maior efetividade e rapidez nossas mulheres, como também é marcado pela participação de policiais na prática dessas violências.

Tudo isso vai contra o cenário nacional de reforço às políticas de proteção à mulher, demonstrando que o projeto de governo posto em prática, muitas vezes, tem de fato pouco efeito preventivo. Ou seja, não está evitando que essas violências sejam cometidas.



# SÃO PAULO É O ÚNICO ESTADO COM MAIS DE MIL EVENTOS VIOLENTOS CONTRA MULHERES

por Francine Ribeiro

O aumento de 20,38% dos casos de violência contra mulheres registrados em 2023 revelou que não estamos seguindo uma linha progressista de composição social harmonizada, especialmente nas relações de gênero. São Paulo apresentou, com sobras, os maiores números de eventos de violência contra mulheres em relação aos demais estados que compõem a Rede – em parte pela concentração de cerca de 20% da população do país e em parte pela ausência de políticas de prevenção e contenção efetivas.

Ainda que a Lei 14.541/2023 esteja em vigor, determinando que as delegacias de mulher funcionem 24h, a medida federal não avançou como planejado. O governo do estado de São Paulo não aderiu plenamente às diretrizes da determinação e decidiu manter a maioria delas fechada durante a noite, além de ter cortado 17,1 milhões de reais no investimento dessas unidades policiais especializadas\* – e tão necessárias.

Sem investir em políticas de proteção, a identificação dos perfis de quem pratica a violência, as situações e os instrumentos utilizados, é dificultada. Os dados deveriam preocupar os governos e mobilizá-los à retomada de investimentos em prevenção, proteção, facilitação das denúncias e controle de circulação de armas de fogo. Além disso, o trabalho por meio da educação se coloca como um outro viés que fortalece o combate à violência. São frentes distintas que se complementam e necessitam uma da outra para alcançarmos resultados concretos na redução do número de casos.

\* Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2023/11/30/tarcisio-tira-r-171-milhoes-de-delegacias-da-mulher-24h-e-corta-35percent-da-verba-para-cameras-em-uniformes-de-pms.ghtml>

26

o número de vítimas de feminicídio na capital

A vítima mais nova de feminicídio tinha de

0 A 11 ANOS

160

feminicídios cometidos por parceiros ou ex-parceiros

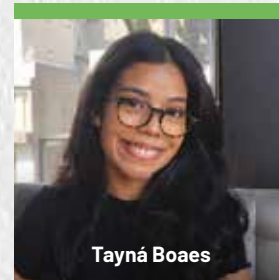




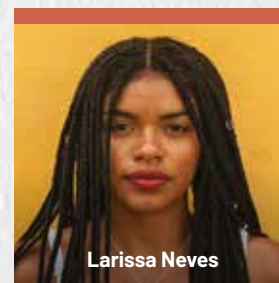
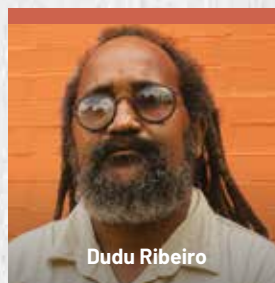
## QUEM FAZ A REDE DE OBSERVATÓRIOS

Baseados em nove estados, as pessoas que integram a Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

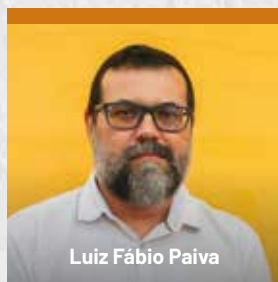
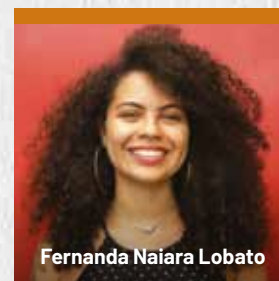
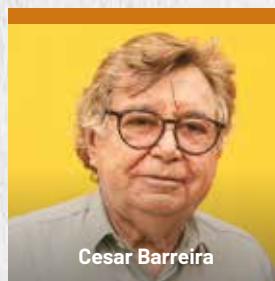
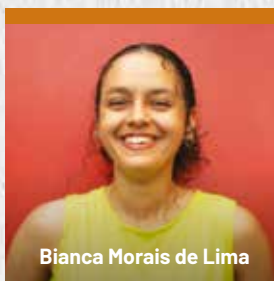
### AMAZONAS



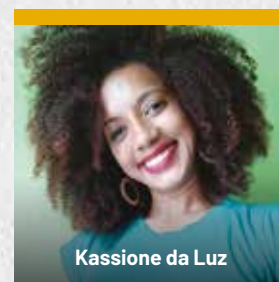
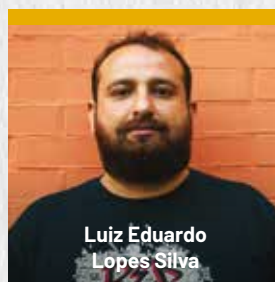
### BAHIA



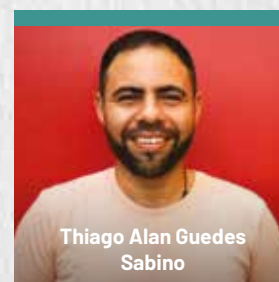
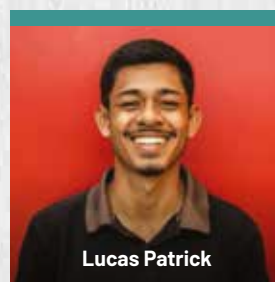
### CEARÁ



### MARANHÃO

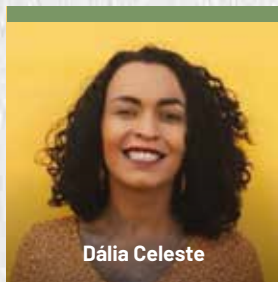


### PARÁ

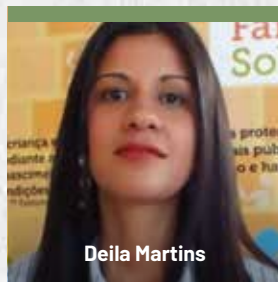




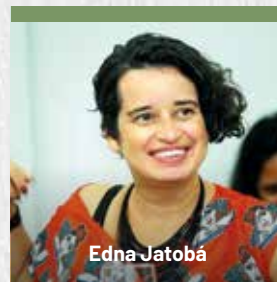
**PERNAMBUCO**



Dália Celeste

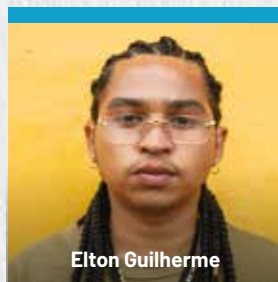


Deila Martins

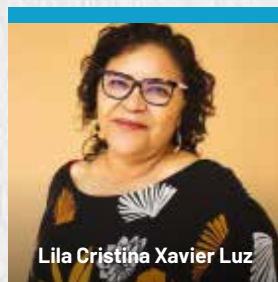


Edna Jatoba

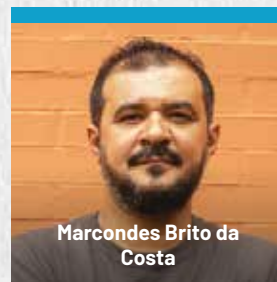
**PIAUI**



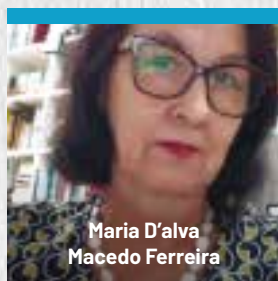
Elton Guilherme



Lila Cristina Xavier Luz

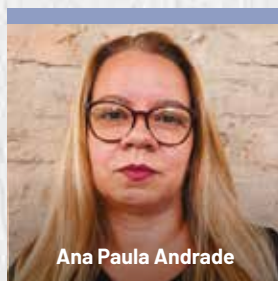


Marcondes Brito da Costa

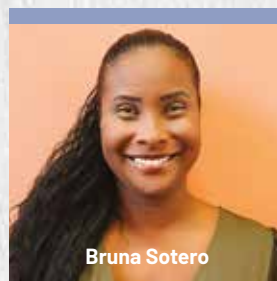


Maria D'alva  
Macedo Ferreira

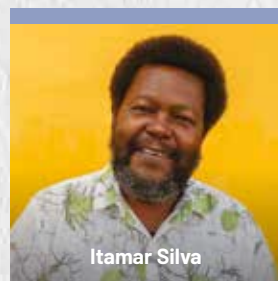
**RIO DE JANEIRO**



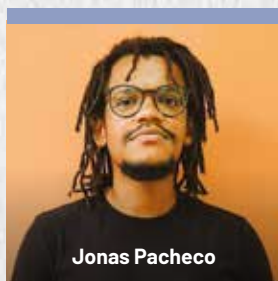
Ana Paula Andrade



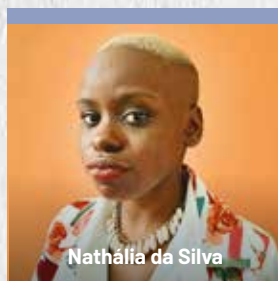
Bruna Sotero



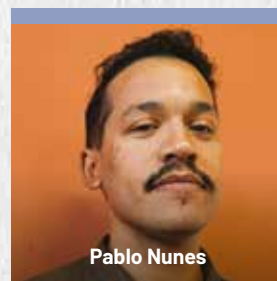
Itamar Silva



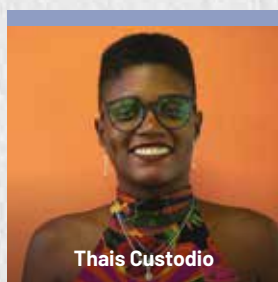
Jonas Pacheco



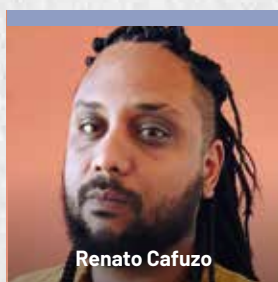
Nathália da Silva



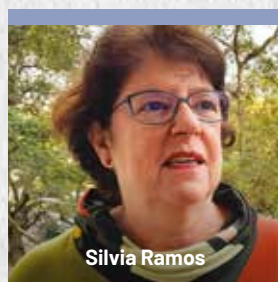
Pablo Nunes



Thais Custodio



Renato Cafuzo

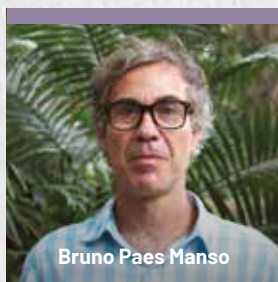


Silvia Ramos

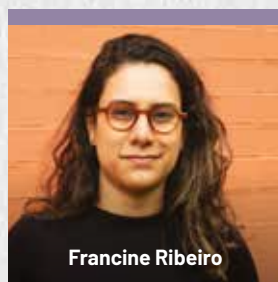


Wellerson Soares

**SÃO PAULO**



Bruno Paes Manso



Francine Ribeiro



## BAHIA

### **Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar**

Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 18h  
Endereço: 5º Avenida do CAB, nº 560, 3º andar, sala 305E, Salvador  
Telefone(s): (71) 3372- 1895

### **Centro de Atendimento a Mulher Soteropolitana Irmã Dulce**

*Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social*

Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 17h  
Endereço: Rua Léllis Piedade, nº 63, Ribeira, Salvador  
Telefone(s): (71) 3202-7399

## CEARÁ

### **Casa da Mulher Brasileira do Ceará**

Atendimento: 24h  
Endereço: Rua Tabuleiro do Norte, s/nº, Couto Fernandes, Fortaleza, 60442-040  
Telefone(s): (85) 3108-2999

### **Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde**

*Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social*  
Atendimento: 24h  
Endereço: Rua Teles de Sousa, s/nº, Couto Fernandes, Fortaleza  
Telefone(s): (85) 3108-2695

## MARANHÃO

### **Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência**

Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 18h  
Endereço: Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 572, Bairro Jarcy, São Luís  
Telefone(s): (98) 99103-0281

### **Casa da Mulher Maranhense**

*Possui Patrulha Maria da Penha, Delegacia da Mulher e Vara Especializada da Mulher*  
Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 18h  
Endereço: Avenida São Sebastião, s/nº Vila Nova, Imperatriz  
Telefone(s): (99) 8406- 3801

## PARÁ

### **Ocupação de Mulheres Rayana Alves**

Atendimento: 9h às 12 e 14h às 18h  
Endereço: Presidente Pernambuco, nº 280, Batista Campos, Belém  
Telefone(s): (91) 98394-8020

### **SAI - Emanuelle Rendeiro Diniz**

Coordenadora: Mariza Pinheiro  
Endereço: Sigiloso pela segurança das vítimas  
Telefone(s): (91) 984240876  
E-mail: caerd.funpapa@hotmail.com

## PERNAMBUCO

### **Centro Especializado de Atendimento à Mulher Maria Bonita**

*Oferece acompanhamento em delegacias e Instituto Médico Legal, além de atendimento psicológico e jurídico*  
Atendimento: 24h  
Endereço: Avenida Portugal, nº 185, Bairro Universitário, Caruaru  
Telefone(s): (81) 98384-4310

### **Centro Especializado de Atendimento à Mulher Clarice Lispector**

*Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social*  
Atendimento: Segunda a sexta de 7h às 19h  
Endereço: Rua Doutor Silva Ferreira, nº 122, Santo Amaro, Recife  
Telefone(s): (81) 3355- 3008 / (81) 99488-6138 (Whatsapp)

## PIAUI

### **Núcleo de Atendimento às Vítimas**

*Oferece atendimento psicológico, jurídico, assistência social e também cuida de crianças em vulnerabilidade*  
Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 13h  
Endereço: Rua Mato Grosso, nº 268, Ilhotas, Teresina  
Telefone(s): (86) 2222-8163 / (86) 2222- 8868

### **Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**

Endereço: Fórum Des. Joaquim de Sousa Neto, Térreo, Praça Des. Edgar Nogueira, Centro Cívico, Teresina  
Telefone(s): (86) 3230-7800

## RIO DE JANEIRO

### **Centro de Defesa da Vida Irmã Hedwiges Rossi**

*Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social*  
Atendimento: Segunda a sexta de 9h às 17h  
Endereço: Sigiloso pela segurança das vítimas  
Telefone(s): (21) 3774- 3993 / (21)96937-2152  
E-mail: cdvida\_defesavida@gmail.com

### **Centro Especializado de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga**

*Oferece atendimento psicológico e assistência social*  
Atendimento: Segunda a sexta de 9h às 18h  
Endereço: Rua Benedito Hipólito, 125, Rio de Janeiro  
Telefone(s): (21) 2517-2726 / 98555-2151

## SÃO PAULO


### **Centro de Referência e Cidadania da Mulher Casa da mulher Brasilândia**

*Oferece atendimento psicossocial, orientação jurídica e atividades para promoção de direitos das mulheres*  
Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 18h  
Endereço: Rua Sílvio Bueno Peruche, nº 538, Brasilândia  
Telefone(s): (11) 3983-4294

### **Centro de Referência e Cidadania da Mulher 25 de março**

*Oferece atendimento psicológico, jurídico e assistência social*  
Atendimento: Segunda a sexta de 8h às 18h  
Endereço: Rua Melo Palheta, nº 32, Água Branca São Paulo  
Telefone(s): (11) 3106- 1100





**SOBRE O RELATÓRIO**  
**EDIÇÃO:** Wellerson Soares  
**REVISÃO:** Maria Eugênia da Silva  
**ILUSTRAÇÃO:** Mayara Smith  
**DESIGN GRÁFICO:** Refinaria Design



REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



[observatorioseguranca.com.br](http://observatorioseguranca.com.br)



@redeobservatorios



@rede\_seguranca



@rededeobservatorios

AMAZONAS

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PARÁ

PERNAMBUCO

PIAÚÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS